

PAINEL DE ECONOMIA E TENDÊNCIAS EMPRESARIAIS

PAINEL DE ECONOMIA E TENDÊNCIAS EMPRESARIAIS

DEZEMBRO

1ª Quinzena

04 PIB E CONFIANÇA

*Números positivos no PIB
do 3 trimestre de 2018*

10 MERCADO DE TRABALHO

*Paraná é o terceiro maior gerador de vagas
formais no país.*

06 ECONOMIA BRASILEIRA

Desarranjo fiscal e inflação, existe um link?

13 OPINIÃO

*Convergências entre governança corporativa,
sustentabilidade e resultados organizacionais.*

08 CENÁRIO INTERNACIONAL

*Acordo de Livre Comércio Brasil e Chile: Uma
tendência da nova política econômica do Brasil.*



Estimativas para Encerramento do Ano - Brasil	2018	2019	2020
PIB (% do crescimento)	1,30	2,53	2,50
Produção Industrial (% do crescimento)	1,99	3,02	3,00
Inflação - IPCA (%)	3,71	4,07	4,00
SELIC	6,50	7,50	8,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,00	56,50	58,70
Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$)	3,78	3,80	3,80
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	58,00	53,40	47,25
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	70,00	77,20	83,75

Fonte: Boletim Focus-Bacen



AGENDA DA SEMANA

10/12

Boletim Focus – Semanal (Bacen)
Balança Comercial- Dez-2018-Semanal- (Mdic)

11/12

IPC-FIPE - Dez-2018 (FIPE)
IGP-M - Dez-2018 (Prévia) (FGV)

12/12

Fluxo Cambial – Semanal (Bacen)
Taxa Selic - (Bacen)

14/12

IGP-10 - Dez-2018 (FGV)

PIB e Confiança

Números Positivos no 3T2018.

Christian Bundt*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números positivos do PIB no 3T2018. A cifra foi de pouco mais de 1,7 trilhão de reais. E o setor que mais influenciou este aumento foi o de serviços, seguido pelo da agropecuária, que cresceram 0,5% e 0,7%, na comparação 3T2018 com 2T2018. Veja os números do PIB:



Fonte: IBGE; ilustração: ISAE; números com e sem ajuste sazonal respectivamente.

A figura é emblemática. A fatia da agropecuária no PIB cresceu 0,7%** do 2T para o 3T2018. Comparado ao 3T2017, o 3T2018 cresceu 2,5%*. Já o setor de serviços, que tem a maior parcela dos três segmentos do PIB, pelo lado da oferta, também cresceu: 0,5%** do 2T para o 3T2018. Comparado ao 3T2017, os serviços cresceram 1,2%*. A indústria também cresceu: 0,4%** do 2T para o 3T2018. De 3T2017 para 3T2018, a indústria cresceu 0,8%*.

Os números são todos positivos na observação pela oferta. Importante não esquecer que quando a agricultura cresce, os setores de indústria e de serviço também são impactados, já que os transportes de safra e a agroindústria não são contabilizados no segmento agropecuário. Outro ponto a considerar é que a greve dos caminhoneiros, no 2T2018, ajuda a 'inflar' o número do crescimento deste 3T2018.

Dos segmentos econômicos, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, destaque para o setor de transporte e armazenagem, atividades imobiliárias e indústria de transformação. Na agropecuária, as culturas de algodão e café se apresentaram com relevância no período.

PERÍODO - VALOR	ÍNDICES/NÚMEROS DA DEMANDA		
	INVESTIMENTOS	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	CONSUMO DO GOVERNO
Trimestre X trimestre imediatamente anterior (em %, com ajuste sazonal)	6,6	0,6	0,3
Trimestre X mesmo trimestre do ano anterior (em %, sem ajuste sazonal)	7,8	1,4	0,3
Valores correntes no trimestre (R\$ bilhões)	289,2	1105,8	323,7



Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, destaque para os investimentos, explicados pela contabilização de importações de plataformas de petróleo e complementares (Petrobrás), e o consumo das famílias que novamente segue positivo desde o início de 2017.

Apesar dos números positivos, ainda não há motivos para comemorações. É um crescimento moderado frente à forte recessão passada nos últimos anos e com interferências que afetam os números (greve dos caminhoneiros e importações da Petrobras). Atentemos nesses próximos meses para os índices de confiança de empresários e consumidores, importantes para antever o comportamento da economia.

Outro ponto interessante é a confirmação de dados divulgados aqui no último Painel, sobre o crescimento do crédito às pessoas físicas, de 8,9% na comparação do 3T2018 com o 3T2017.

Na ponta governista, seguem os anúncios dos ministros do governo Bolsonaro, enquanto Temer dá aumento de quase 16% para os vencimentos do judiciário. Como diriam os mais experientes: "o medo não é como a coragem!"

Do lado dos economistas, nova queda na previsão do PIB para 2018: de 1,39% para 1,32%, conforme o Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

A notícia ruim a respeito do PIB foi a divulgação da carga tributária em 2017, comparada com o PIB 2017. A Receita Federal informou, em 03/12/2018, que os impostos em 2017 representaram quase 33% de todo o valor do PIB de 2017. Este número é um pouquinho maior que o de 2016. Choremos, rezemos e torçamos para que o novo governo atente para esta situação. O dinheiro precisa ficar no bolso do cidadão, para ele decidir o que fazer com ele. O governo é um mau gastador (sem falar na corrupção!).

Continuemos atentos para a leitura objetiva do cenário e torcendo para que o governo Temer não apronte ao apagar das luzes (leia-se não dê mais aumentos) e que o novo governo seja mais assertivo na comunicação e feliz nas escolhas dos componentes da equipe!

*dados sem ajuste sazonal;

** dados com ajuste sazonal.

**Christian Frederico da Cunha Bundt foi aluno no CFO Strategic do ISAE; é Administrador, Mestre em Administração, professor formador II da Universidade Estadual de Ponta Grossa, membro do Conselho Deliberativo da Associação Empresarial de São José dos Pinhais.*



Economia brasileira

Desarranjo fiscal e inflação: existe um link?

Alejandro C. Garcia Cintado, Karlo Marques Junior e Celso José Costa Junior



Recentemente, o desequilíbrio fiscal observado na economia brasileira vem despertando uma peculiar preocupação em relação às condições da economia brasileira nos próximos anos. De forma simples, essa preocupação pode ser resumida da seguinte maneira: se o Brasil não conseguir resolver o profundo problema fiscal que o assola, o país estará condenado, na melhor das hipóteses, a registrar uma taxa medíocre de crescimento econômico de longo prazo e à volta da inflação alta. Mas por que deveria existir um vínculo direto entre desequilíbrio fiscal e inflação? Não é esta última variável responsabilidade exclusiva do Banco Central do Brasil? Não há independência de fato para que essa instituição possa desenvolver seu objetivo de política monetária de manter a inflação baixa e estável sem ingerência da autoridade fiscal, o Tesouro?

Neste artigo, propomos explicar os canais pelos quais uma trajetória explosiva da dívida governamental pode levar a uma inflação alta e crescente. Há três grandes teorias que explicam como no Brasil atual uma situação de dominância fiscal (grosso modo, aquela na qual o desempenho fiscal da economia condiciona a política monetária) pode causar uma inflação elevada: (I) a “Aritmética Monetarista Desagradável” (Sargent e Wallace, 1981); (II) a “Teoria Fiscal do Nível dos Preços” (Leeper, Sims, Woodford); (III) o modelo de Olivier Blanchard (Blanchard, 2004).

Segundo a primeira teoria, a autoridade monetária, mesmo que independente do poder político e tendo como único objetivo manter a inflação baixa e estável (daí a presença da palavra monetarista na expressão), acaba “resgatando” a autoridade fiscal pelo descontrole das contas públicas provocado por uma política fiscal excessivamente expansiva ao longo do tempo. Esses crescentes déficits públicos seriam causados por superávits primários insuficientes para contrabalançarem o pagamento por juros



sobre o estoque de dívida pública. O que estaria por trás dessa teoria é o a passagem de um regime de dominância monetária a um de dominância fiscal, no qual o Banco Central abandona o controle da inflação e se ajusta passivamente para gerar toda a senhoriagem necessária face ao cumprimento da restrição orçamentária intertemporal. Ou seja, o Banco Central acaba financiando os sucessivos déficits primários do governo através da emissão de moeda. Como esse processo gera inflação, é chamado pelos economistas de imposto inflacionário.

A segunda teoria, conhecida no âmbito acadêmico pelas suas siglas em inglês, a FTPL (Fiscal Theory of the Price Level), interpreta a passividade monetária de maneira menos estrita do que a teoria anterior e postula que, em um regime de dominância fiscal, a autoridade monetária se limita a seguir uma trajetória constante de taxas nominais de juros. Mesmo sem a geração massiva de senhoriagem destinada a cuidar da solvência intertemporal do setor público consolidado que ocorreria num mundo à la Sargent-Wallace, a inflação apareceria porque, ante reduções de impostos e/ou aumentos de despesa pública, os indivíduos se sentiriam mais ricos ao saberem que, no futuro, o governo não neutralizaria essa expansão fiscal com aumentos de impostos e/ou corte de gastos. Essa política fiscal não Ricardiana (aquela implementada por uma autoridade fiscal não preocupada com a sustentabilidade da dívida pública) levaria os consumidores a se desfazerem dos títulos públicos para comprarem bens e serviços. O aumento resultante da demanda agregada elevaria o nível de preços.

Num regime como o descrito acima, só existiria esse canal de maior inflação atual como via para restaurar o equilíbrio fiscal. Neste estranho mundo, a política monetária apenas escolhe a distribuição da inflação entre presente e futuro, mas não pode determinar o tamanho desta que se torna um fenômeno puramente fiscal. Como forma de fornecerem um contexto mais realista, os defensores desse modelo relacionam a dominância fiscal a um conceito chamado de limite fiscal. Tecnicamente, definir-se como a situação na qual o valor presente dos superávits primários é fixo (ou exógeno). Países que se encontrassem perto dos seus limites fiscais não teriam espaço para aumentarem impostos (por estarem situados no pico da curva de Laffer) ou cortarem gasto público (fundamentalmente pelo processo incontornável de envelhecimento demográfico). Qualquer expansão fiscal hoje não seria compensada por consolidações fiscais futuras, o que daria lugar a um efeito riqueza positivo que elevaria os preços dos bens e serviços. É bom salientar que para a FTPL operar, o estoque de dívida pública deve estar denominado em termos nominais. Apenas assim a inflação reduzirá o valor real da dívida. Países que costumam emitir majoritariamente títulos públicos indexados à inflação ficariam excluídos da aplicação da FTPL.

O terceiro link entre desarranjo fiscal e inflação foi enunciado por Oliver Blanchard. Visando captar o que estava acontecendo na economia brasileira antes das eleições de 2002, o autor se concentrou no funcionamento do canal da taxa de câmbio numa economia sob a dominância fiscal na qual o Banco Central persegue uma meta de inflação. O funcionamento padrão de economia monetária sugerido nos livros de texto é o de que uma política monetária contracionista que objetiva conter um aumento da inflação leva a maiores taxas de juros, que atraem capital via arbitragem, apreciando o câmbio e, desta forma, atenuando as pressões inflacionárias.

Mas na presença de agentes muito avessos ao risco, a mesma medida poderia ter o efeito contrário: juros mais altos sob dominância fiscal podem desencadear aumentos dos prêmios de risco e fugas de capitais.



Se este último canal for maior do que o primeiro, haverá uma saída líquida de capitais e depreciação da taxa de câmbio, o que poderia causar maior inflação e aumentos de juros subsequentes através da função de reação do banco central. Estaríamos ante um genuíno círculo vicioso e os efeitos da política monetária seriam opostos dos almejados pelo Banco Central.

O consenso dos economistas é que o Brasil não vive por ora uma situação de dominância fiscal, mas poderia ser uma realidade num futuro próximo se o descontrole fiscal continuar. Vale lembrar que a razão entre a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e o PIB brasileiro saltou de aproximadamente 50% ao final do ano de 2013 para aproximadamente 85% nos dias atuais segundo a metodologia adotada pelo FMI. Tal trajetória acentuada de alta é suficientemente preocupante para a autoridade fiscal se manter alertar.

O problema torna-se mais eloquente quando é observada a trajetória de crescimento dos gastos previdenciário em relação ao PIB, sobretudo quando se considera que a relação entre a população em idade apta ao trabalho e a população idosa, que era de 9,3 em 2013, está prevista para se reduzir para 5,1 em 2030 e 2,3 em 2060, previsões que uma vez confirmadas levariam à dificuldade consideráveis para o financiamento dos gastos previdenciários. Portanto, faria muito bem o Ministro da Fazenda do governo recém-eleito em levar a sério as preocupações que tal grupo de economistas vem manifestando nos últimos anos.

**Alejandro C. Garcia Cintado – Professor do Departamento de Economia da Universidad Pablo Olavide, Sevilla, Espanha.*

**Karlo Marques Junior – Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.*

**Celso José Costa Junior – Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Cenário Internacional

Acordo de Livre Comércio Brasil e Chile: Uma tendência da nova política econômica do Brasil.

*Rene Berardi**



Ilustração: <http://www. eficiencia.com.br/chile-e-brasil-acordo-de-livre-comercio/>



“Padrões modernos e de alto nível” é a avaliação do novo Acordo de Livre Comércio assinado entre Brasil e o Chile, o qual contempla o que já está estabelecido no contrato entre o Chile e o Mercosul e visa facilitar o comércio entre os dois países.

“Este é o resultado de uma convergência natural que existe entre os nossos governos”, disse o presidente brasileiro Michel Temer, na assinatura do acordo em Santiago. O destaque foi a rapidez de obter o acordo, em menos de seis meses.

Por outra parte, o presidente chileno Sebastián Piñera comentou que “este é um acordo que vai além do estritamente econômico”, pois busca trazer e integrar nossos países do ponto de vista da cultura, colaboração política, solução e enfrentamento de problemas”.

O Acordo de Livre Comércio aborda questões relacionadas a telecomunicações, comércio eletrônico, serviços, meio ambiente, emprego e gênero, defesa, bem como cooperação econômica.

O tratado beneficiará empresas chilenas de pequeno e médio porte que possam participar de licitações públicas no Brasil em igualdade de condições com fornecedores locais. Além disso, será facilitada a operação de provedores de serviços e produtos digitais chilenos no comércio eletrônico bilateral no Brasil. Nas telecomunicações, as tarifas de roaming serão eliminadas após dois anos do tratado.

O acordo incorpora novos capítulos sobre o progresso da tecnologia, cibersegurança, cooperação, incluindo a ligação entre o Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico, desde Puerto Murtinho no Mato Grosso do Sul, passando pelo Paraguai e Argentina, até os portos do norte do Chile.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Chile, com um comércio que supera US\$ 11 bilhões e também o principal destino para investimentos chilenos no exterior, com mais de US\$ 31 bilhões. Entre janeiro e agosto de 2018, o intercâmbio comercial cresceu 21%, totalizando US\$6.808 milhões.

O acordo negociado será um grande apoio para as Pequenas e Médias Empresas, PME, chilenas, pela proximidade cultural e geográfica com o grande mercado do Brasil. No entanto, estas empresas também devem prestar atenção às novas políticas de abertura e maior competitividade econômica que serão promovidas pelo novo governo, o qual pode ser uma barreira para a entrada no mercado brasileiro para as PMEs chilenas.

Outros capítulos do novo acordo considera a “facilitação do comércio”; “comércio eletrônico”; “política de concorrência”; “entrada temporária de pessoas”; “boas práticas de regulamentação”; “cooperação econômica comercial” e “micro, pequenas e médias empresas”.

Na área de compras públicas, será possível que os fornecedores de PMEs chilenas participem de licitações no Brasil com a mesma proteção e tratamento que uma empresa brasileira.

Em relação ao e-commerce, poderão se beneficiar muito as PMEs, pois vai permitir regras que estabeleçam o livre fluxo de informações e a proibição de exigir localização de servidores, bem como o reconhecimento de assinaturas eletrônicas emitidas pelos dois países, de acordo com suas leis nacionais, o que irá gerar uma redução significativa nos custos operacionais.

Na área de produtos orgânicos, foi assinado um memorando de entendimento, conhecido como MOU, Memorando da Compreensão com o Brasil, no qual as semelhanças e analogias entre sistemas de certificação para orgânico em ambos os países, permitindo a livre comercialização dos produtos chilenos e brasileiros, ou seja, os produtos orgânicos que atendem os regulamentos chilenos podem entrar no Brasil, assim como os produtos brasileiros podem entrar no Chile com selo orgânico chileno.

Como podemos observar, o Tratado de Livre Comércio assinado é muito amplo e permite a ampliação do comércio entre Brasil e Chile, assim como vai incrementar o investimento externo entre os dois países. Pode ser considerado como um exemplo de futuros tratados que o Brasil vai desenvolver com intensida-



de com múltiplos países, dentro da estratégia “guarda chuva” de uma economia de princípios liberais de novo governo. Este processo poderá ser replicado com países fora do âmbito do Mercosul como Estados Unidos, Israel, etc., no qual serão negociadas cláusulas de natureza econômica, segurança, comércio eletrônico, dentre outras.

Não devemos esquecer que o acordo assinado entre o Chile e o Brasil pode ser analisado como o início de outras ações estratégicas visando a implantação de políticas econômicas liberais que foram sucesso no Chile e que poderiam ser readequados para o Brasil. Acredito ser importante começar a ficar “por dentro” destas experiências econômicas chilenas, tanto nas políticas macroeconômicas como microeconômicas, como forma de desenhar futuros cenários para o Brasil. Da mesma forma, o conteúdo liberal do novo governo também será expressado na Política Externa, na qual a negociação de amplos acordos comerciais de livre comércio serão sinalizadores de novas formas do posicionamento geopolítico do Brasil no cenário global.

**René Berardi é professor do ISAE. Doutor em Sociologia (UFPR), com experiências como executivo e consultor na OEA, Petrobras, Hewlett Packard, Sebrae e AGA gases.*

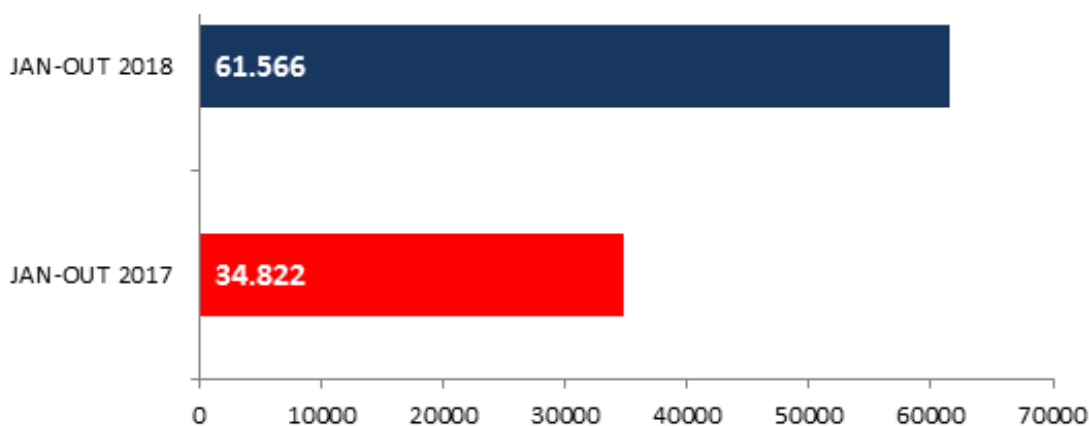
Mercado de Trabalho

Paraná é o terceiro maior gerador de vagas formais no país.

*Jefferson Marcondes Ferreira**

Conforme dados divulgados no dia 19 de novembro de 2018, através do CAGED/MTE, o estado do Paraná apresentou um saldo positivo de 61.566 vagas, colocando-se na 3ª posição no ranking nacional de geração de empregos formais, atrás apenas de São Paulo, com 220 mil, e Minas Gerais, com 115 mil vagas. O fato de o estado estar com o saldo positivo no período de Jan a Out-2018 reforça os sinais de recuperação econômica comparativamente com o mesmo período em 2017.

Evolução do saldo de emprego no Paraná (Jan-Out-2018 / Jan-Out-2017)

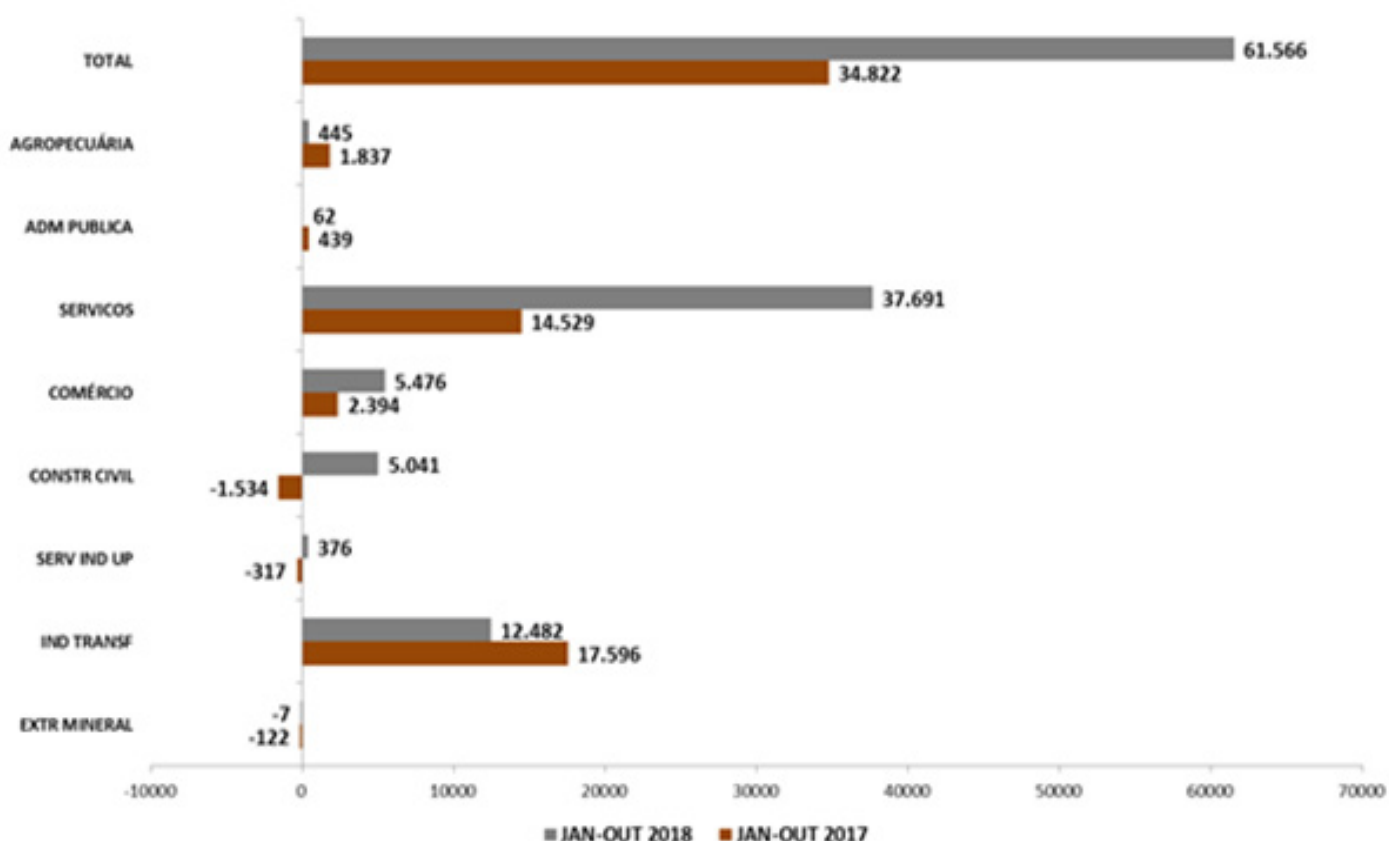


Fonte: Caged (Evolução do Saldo de Empregos Formais com ajustes)



Quando se verificam os setores de atividades econômicas no estado, o saldo positivo na geração de vagas formais em 2018 deve-se principalmente ao de serviços, que terminou o período com um saldo de 37.691 vagas, contra 14.529 vagas no mesmo período em 2017. Vale destacar neste setor a área de comércio e administração de imóveis e valores mobiliários com um saldo de 14.493 vagas, juntamente com os setores de hotelaria, alimentação e manutenção, com um saldo de 7.488 vagas. Outra área que merece destaque é a de educação com um saldo de 6.393 vagas geradas no período e a indústria de transformação, com um saldo de 12.482 vagas contra 17.596 vagas no mesmo período em 2017, destaque para a indústria de alimentos, material de transporte, química e de madeira, conforme gráfico a seguir.

Saldo Vagas Paraná por Setor de Atividade Econômica (Jan-Out 2018/Jan-Out 2017)



Fonte: Caged (Evolução do Saldo de Empregos Formais com ajustes)

O fato de o setor industrial não ter gerado mais vagas que 2017 deve-se, em parte, por reflexos greves dos caminhoneiros de maio de 2018, pelo ritmo menor das exportações paranaenses em relação ao ano anterior, como também por melhorias em processos produtivos que diminuem a geração de novos postos de trabalho.

Outro setor que apresenta saldo positivo é o da construção civil, que tem um saldo acumulado de 5.041 vagas contra (1.534) no mesmo período em 2017, o que representa um acréscimo de 6.575 vagas. Outro setor que apresentou saldo positivo no período foi o Comércio, que terminou com um saldo 5476 vagas, onde o comércio varejista está com o saldo acumulado de 1451 vagas, enquanto que o comércio atacadista está com um saldo de 4025 vagas.

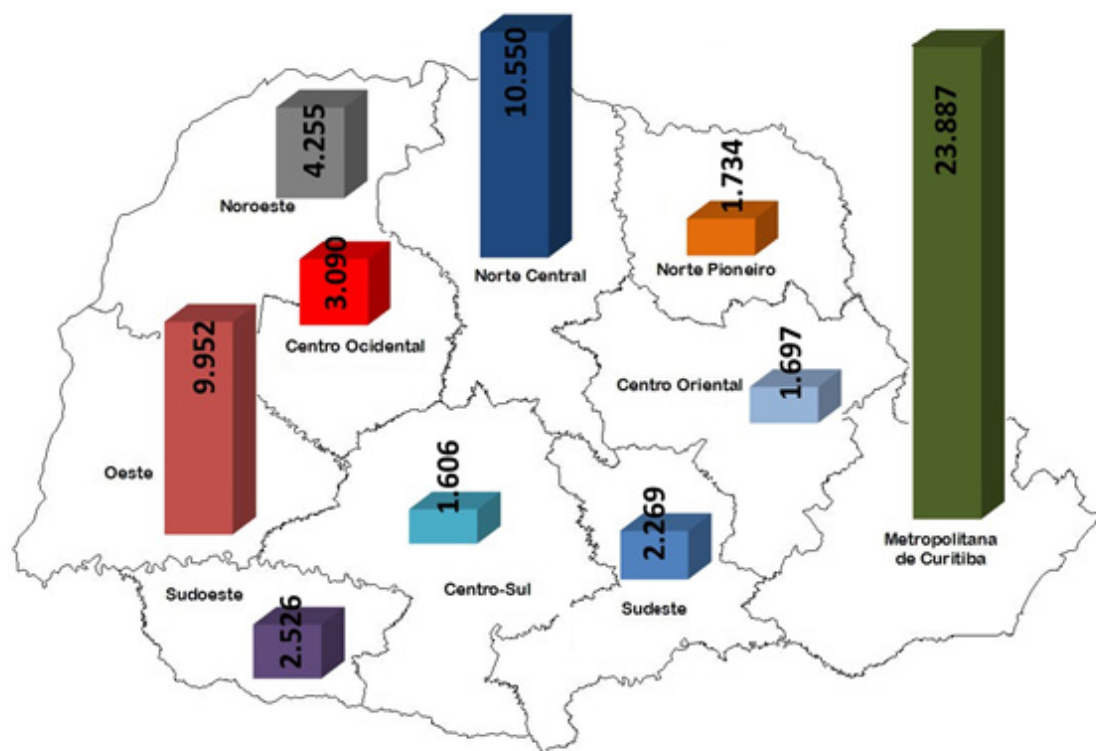
Perfil do saldo de geração de empregos formais no Estado do Paraná no período de Janeiro a Outubro de 2018.

O perfil do saldo da geração de vagas no estado no período de Jan-Set de 2018 saldo positivo na geração



de vagas em todas as regiões.

Perfil do saldo de geração de empregos formais no Estado do Paraná no período de Janeiro a Setembro de 2018.



Fonte: Caged (saldo por município ajustado)

Há de se destacar que as regiões Metropolitana de Curitiba, Norte Central, Noroeste e Oeste correspondem ao saldo de 48.644 vagas, influenciadas pelo setor de serviços que neste período teve um saldo total de 29.079 vagas. Essa expansão se deve principalmente ao setor de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços médicos e ensino. O setor da indústria de transformação também se destaca com um saldo de 10.992 vagas geradas, com ênfase para a indústria de alimentos e a indústria de materiais de transportes.

Há de se destacar dois pontos no perfil de geração de vagas no estado do Paraná: todas as regiões apresentam saldo positivo na geração de empregos formais e a região metropolitana de Curitiba, no ano, acumula um saldo de 23887 o que representa um crescimento considerável quando comparado ao mesmo período em 2017, que tinha um saldo de (1.860) vagas formais.

* **Jefferson Marcondes Ferreira** é economista, especialista em Controladoria pela Universidade Positivo e atua como profissional de finanças há 14 anos. Atualmente, trabalha numa empresa de meio ambiente ligada a reaproveitamento de materiais para matriz energética.



Opinião

Convergências entre Governança Corporativa, Sustentabilidade e resultados organizacionais

Peterson Graniso*

Está provado que as empresas com melhores práticas de governança corporativa (GC) estão se destacando. Isso porque os pilares que constroem a GC agregam valor à imagem das companhias, afetando positivamente a legitimidade organizacional, que é um estado de confiança e aceitação social.

Esse aumento de confiança traz muitos benefícios para a organização. É possível citar a diminuição do risco percebido pelos investidores e também a atração e retenção de talentos, na medida em que a boa imagem da companhia ressoa no mercado.

Quando comparado o desempenho das empresas sem prática de GC (IBOVESPA) com aquelas que praticam GC (IGC), fica claro o incremento de valor que as praticantes alcançam com o passar do tempo. Abaixo, é possível verificar esse ganho com os dados apresentados na reportagem da revista Exame Negócios, publicado em julho de 2017:

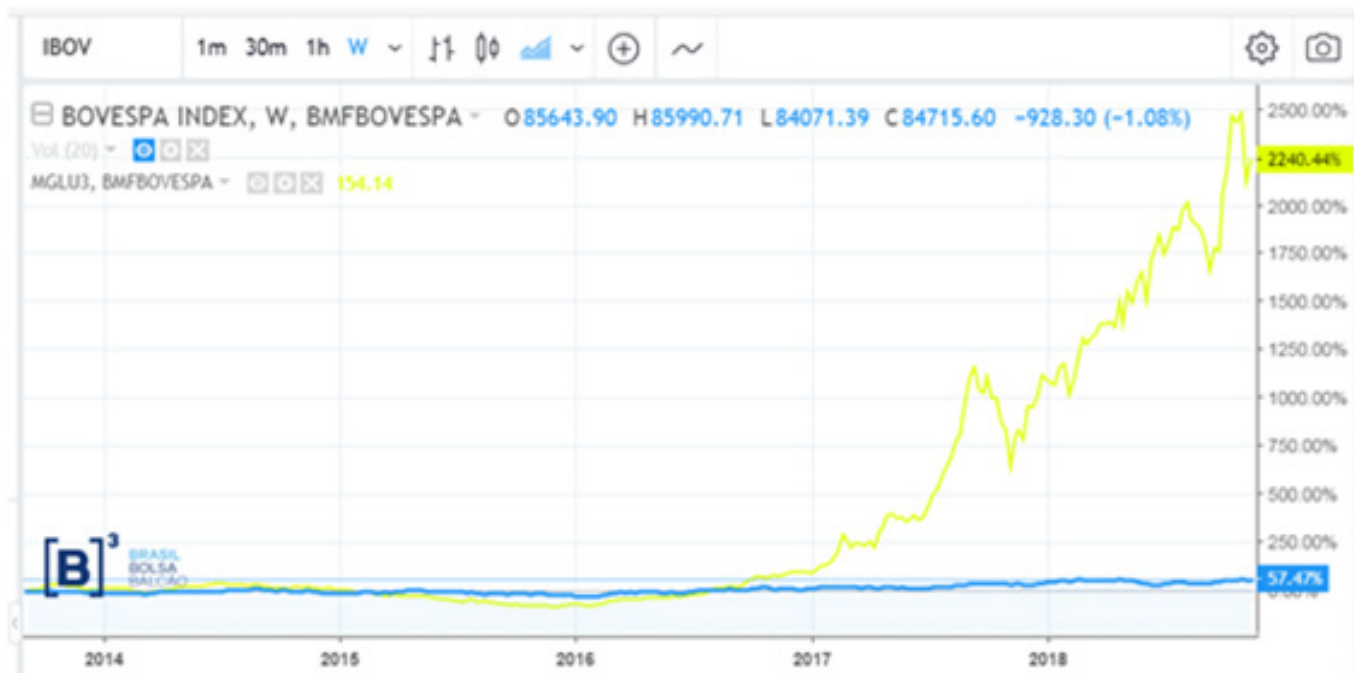


Fonte: Exame Negócios

Para corroborar essa interpretação, analisei a empresa Magazine Luiza, que desde junho de 2011 integra a bolsa de valores. Logo no seu ingresso, já foi classificada como empresa pertencente ao Novo Mercado,



lista de empresas com os mais altos padrões de GC, e a partir de 2017 se torna evidente a apreciação das suas ações, chegando a ser a mais valorizada no ano passado. Vale lembrar que o Brasil vive uma recessão iniciada no segundo trimestre de 2014 e que se manteve até o quarto quadrimestre de 2016. Como se não bastasse, a retomada está sendo a mais lenta da história do País, com crescimento médio do PIB de 0,5% ao trimestre.



Fonte: Valorização da Magazine Luiza, conforme dados da B3.

Além desta valorização no valor de mercado, a empresa foi considerada pela Great Place to Work (GptW) como a 2ª melhor empresa a se trabalhar no país em 2018.

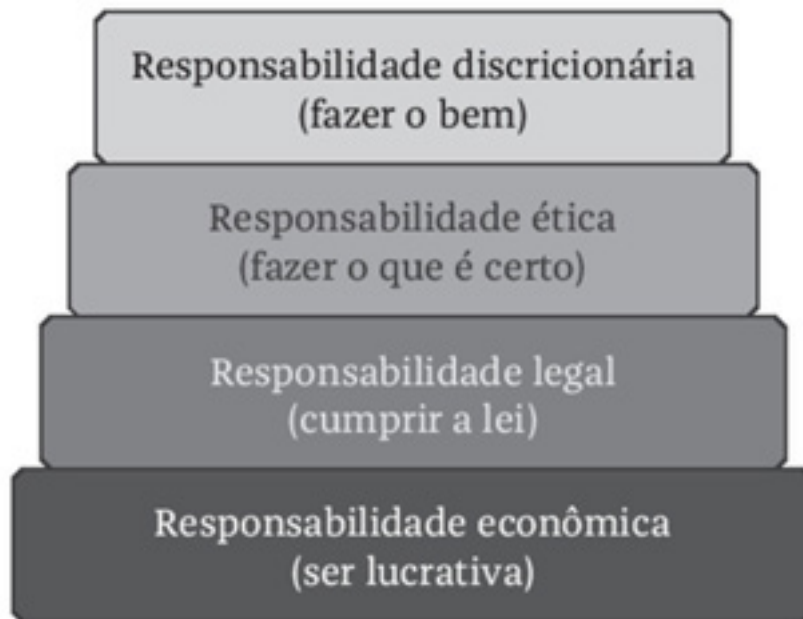
Posição	Empresa	Funcionários
1	Caterpillar	4275
2	Magazine Luiza	26730
3	SAP Labs	1005
4	Laboratorio Sabin	2284
5	Tokio Marine Seguradora	1815

Fonte: Great Place to Work.

Isso demonstra a trilha de sucesso que a GC está propiciando à Magazine Luiza para se manter dentro do tripé da sustentabilidade: econômico-social-ambiental. Para tanto, é importante que os princípios de GC estejam presentes desde o planejamento das organizações, ou seja, que toda a estratégia da organização esteja pautada sobre os princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade

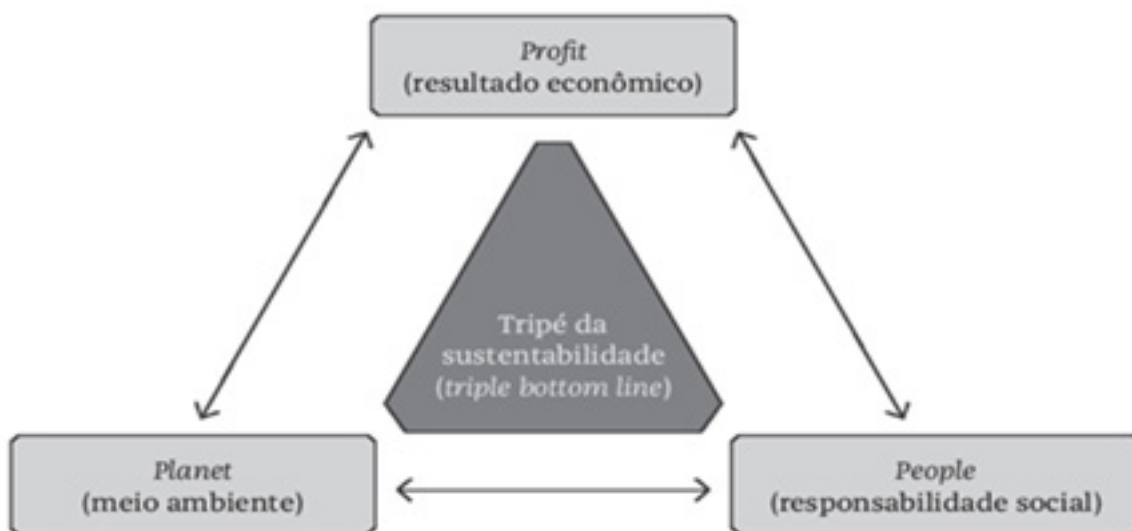


corporativa. Manter o foco apenas nas finanças pode trazer benefícios de curto prazo, mas não se sustentam pela ótica da perenização organizacional. Nessa linha, é interessante essa ilustração desenvolvida por Carrol:



Fonte: Adaptado de Carrol, 1991, p.42 – apud. Alencastro, 2017

É necessário pensar no ambiente social da companhia, buscando um local agradável e prazeroso para seus colaboradores, de forma que os melhores talentos sejam atraídos para o quadro de funcionários. A relação com os fornecedores e clientes deve ser cuidadosamente pensada, gerando empatia e melhorando o fluxo de atividades. A interação com a sociedade deve ser benéfica, levando benefícios aos integrantes deste grupo. E não poderia faltar o respeito ao meio ambiente, pois a redução da pegada ecológica é fundamental para o atingimento de um pacto intergeracional, que é um dos princípios da sustentabilidade. Não podemos comprometer os recursos das gerações futuras para atender as necessidades da geração atual.



Fonte: Elkington, 1997 – apud. Alencastro, 2017

A sociedade tem mudado muitos conceitos e com o aumento da concorrência pode escolher as empresas que seguem os princípios aderentes aos seus. A preferência dos fornecedores e clientes está intimamen-



te ligada à empatia que possuem por aquelas companhias que partilham dos mesmos valores. Nessa esteira, investidores aportam seus recursos naquelas empresas nas quais acreditam e trabalhadores desempenham melhor suas funções quando acreditam nos objetivos da organização, quando sentem há um significado que justifique dedicar 40 horas semanais da sua vida.

Governança Corporativa é pensar com sustentabilidade, é incorporar princípios que levem a empresa a ter a perenização das suas atividades harmonizando os diversos interesses dos stakeholders de forma isonômica, justa e com olhar para o futuro. É a criação de valor para a companhia por meio do aumento da confiança gerada pela transparência e a garantia de que todos estão trabalhando arduamente para alcançar os objetivos propostos e que prestam contas por seus atos. Será que o leitor concorda que há uma boa convergência entre Governança Corporativa, Sustentabilidade e resultados organizacionais?

Referências:

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; ALVES, Osnei Francisco. Governança, gestão responsável e ética nos negócios. Curitiba: Editora InterSaberes, 2017.

EXAME NEGÓCIOS. Os dados confirmam boas práticas de governança valorizam ações. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/os-dados-confirmam-boas-praticas-de-governanca-valorizam-acoes/>>. Acessado em: 11/nov/2018.

**Peterson Graniso é estudante de MBA na Fundação Getúlio Vargas, formado em Engenharia Civil e Gestão Empresarial e atua há 10 anos na área financeira, com foco em gestão de recebíveis e análise de crédito.*



PAINEL DE ECONOMIA E TENDÊNCIAS EMPRESARIAIS

Atento ao quadro de instabilidade econômica e com o intuito de auxiliar nas tomadas de decisões do mercado, o ISAE reuniu profissionais das áreas financeira e econômica e criou o Comitê Macroeconômico, com o objetivo de agregar valor à sociedade por meio de pesquisas, análises e interpretações de dados macroeconômicos.

O Comitê Macroeconômico é coordenado por Rodrigo Casagrande, professor do Mestrado em Governança e Sustentabilidade do ISAE, e Fabio Alves da Silva, executivo de finanças da Renault. É composto por profissionais que possuem competências complementares, provenientes de diferentes instituições, como ISAE, Banco Central do Brasil, Renault e SEBRAE.

O comitê também conta com a participação de alunos do CFO ISAE, programa desenvolvido com o objetivo de capacitar o profissional de finanças em conceitos e temas técnicos específicos da teoria financeira que ajudam na condução estratégica dos negócios, trazendo a visão de pessoas que impulsionam as ações e potencializam resultados, além de alunos do Programa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do ISAE.

EQUIPE TÉCNICA

Christian Geronasso

Christian Bundt

Jefferson Marcondes

Jean Toniote

Gustavo Aranha

René Berardi

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fábio Alves da Silva

COORDENAÇÃO GERAL

Rodrigo Casagrande